

# Os iogas da economia

*Marcio Moreira Alves \**

**U**ma juíza de primeira instância concedeu, no Rio de Janeiro, uma liminar em um mandado de segurança dos aposentados e pensionistas do INSS. As repercussões financeiras dessa decisão, logo séguída em outros estados, foram consideradas de tal gravidade pelo presidente da República que ele se dirigiu ao país através de uma rede nacional de rádio e TV e convocou extraordinariamente o Congresso. Ao mesmo tempo, os preços agrícolas, em fim de safra, davam um salto e um número considerável de consultores vaticinavam um pequeno aumento da inflação em janeiro, comparado com o índice de dezembro, resultado ruim para quem declara que chegaremos a dezembro só com 2% de inflação por mês.

A lista dos problemas que afligem a área econômica é muito maior que a enumeração sumária acima. Normalmente, deveria provocar uma crise de nervos semanal nos responsáveis por solucioná-los. No entanto, a impressão que se tem dos responsáveis pelo Banco Central e pelo Ministério da Economia é de tranqüilidade absoluta, como se dirigissem a economia da Holanda, tranqüilidade só perturbada pelas eventuais convocações para reuniões no Palácio do Planalto onde, aliás, o ministro Marcílio já tem um gabinete instalado.

Arminio Fraga Filho, recrutado em um banco de Nova Iorque após ter sido diretor do Garantia, acha as circunstâncias altamente favoráveis a um acordo geral sobre a dívida externa. A Carta de Intenções mandada ao FMI, Fundo Monetário Internacional, com as metas de ajuste fiscal, crescimento, inflação e balança de pagamentos, será apreciada pela diretoria da instituição dia 22, devendo ser aprovada. Essa aprovação facilitará as conversações com o Clube de Paris, ou seja, com os países que nos emprestaram dinheiro através de créditos oficiais. Lá para março, espera que se tenha chegado a um resultado, reduzindo o principal da dívida e escalonando a longo prazo os seus juros.

As negociações com os bancos particulares, credores de cerca de 60 bilhões de dólares, deverão ser mais demoradas, não só por serem muitos como porque cada um tem uma situação diferente. Há bancos americanos, como o Morgan, que nadam de braçada, sem pressa, por já terem feito provisões totais para o caso de inadimplência brasileira. É a posição também da maioria dos europeus e japoneses. Outros, japoneses inclusive, estão em posição menos confortável e fazem exigências maiores sobre os montantes a serem pagos a curto prazo: Como houve uma queda na taxa de juros dos Estados Unidos, que desceu a 3,5% ao ano por estar o governo Bush empenhado em sair da recessão para ter chances de reeleição no fim do ano, os negociadores brasileiros podem oferecer um leque maior de opções.

Pedro Malã, atual negociador da dívida externa, saiu de Brasília na semana passada com um menu variado. Tanto pode negociar, por exemplo, taxas de juros fixas mais elevadas que as atuais para quem desejar esticar os prazos, como oferecer juros flutuantes, hoje menores, a prazos mais curtos. Deverá fincar pé na redução de 37% do principal da dívida, proposta já feita pelo seu antecessor, embaixador Jório Dauster, e em limites máximos de pagamento esse ano. Há muitos bancos pressionando para que o Brasil aumente o percentual do que está disposto a pagar, dada a queda da taxa de juros. A equipe econômica reage por desejar diminuir a pressão sobre a inflação. Os bancos têm de ser pagos em dólares, comprados em cruzeiros, que só vão parar na mão do governo ou através dos impostos ou das máquinas impressoras da Casa da Moeda. Em todo caso, Arminio Fraga considera estarem as reservas em níveis razoáveis e constata um renovado interesse de investidores estrangeiros pelo Brasil. No ano passado entrou e saiu muito dinheiro, o que acha sadio para a economia. Acha também que, um dia, sem anúncio ou rufar de tambores, pela ordem natural das coisas, haverá uma taxa única de câmbio, como em países mais estáveis.

Marcílio, com o seu jeito de tartaruga ninja, não está nem aí para o tiroteio na Praça dos Três Poderes. Espera que se encontre uma solução para o problema do INSS e garante não ter a intenção de imprimir dinheiro para despesas não votadas pelo Congresso na lei orçamentária. Lastima é ter perdido a batalha pelo aumento para 35% do Imposto de Renda dos ricos, uma medida de redução das desigualdades sociais conforme ao ideal socialdemocrático do seu mestre Santiago Dantas. Ficou extremamente surpreso com os votos contra. A proposta foi rejeitada por bancadas estaduais inteiras, sem diferenciações de partidos e até com alguns votos ditos de esquerda.

Na verdade, muito poucos são os privilegiados dispostos a abrir mão de alguma coisa. Como o Congresso havia votado pouco antes o aumento dos parlamentares, eles passariam a enquadrar-se na faixa dos 35%. Daí a votação que surpreendeu o ministro.

Surpresa também tem tido com empresários cariocas e fluminenses, favorável, desta vez. Reuniu-se com os grandes e com os pequenos, conversando sempre sobre os temas da política nacional, não apenas sobre o quanto as altas taxas de juros estão afetando as suas empresas individuais, como costuma ocorrer em São Paulo.

Essa impressão favorável passou a ser compartilhada por Roberto Macedo, secretário de Política Econômica. Roberto é desses paulistas que tiram passaporte e tomam vacina contra a febre amarela sempre que atravessam a fronteira entre Cruzeiro e Rezende. Para ele, como para os bandeirantes, ao norte de Guaratinguetá começa o sertão chamado bruto. Parece mudar de idéia.

Marcílio, portanto, está um imperturbável ioga hindu, meditando à beira do Ganges. Só abre um pouco a guarda quando perguntado como se sente com a súbita popularidade que passou a desfrutar apenas por ser uma pessoa normal.

“Antes tarde do que nunca”, responde, abrindo um sorriso.